



ANEXO V

PROPOSTA

À

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL  
Ref.: LICITAÇÃO N.º 043/2024

Prezados Senhores:

Tem a presente a finalidade de apresentar a nossa proposta para prestação de serviços terceirizados para a Divisão Comercial, de acordo com as quantidades e características constantes do Anexo I, do Edital de Licitação n.º 043/2024, considerando:

1. que o prazo de validade da Proposta, contado a partir da data de sua apresentação, é de 60 (sessenta) dias;
2. que assumimos inteira responsabilidade pela execução dos serviços, nos sujeitando as condições estabelecidas no ato convocatório e seus anexos;
3. que todas as despesas com a preparação e a apresentação da presente Proposta, correrão unicamente por nossa conta;
4. que concordamos em firmar o contrato para execução dos serviços relacionados nesta proposta, pelo(s) preço(s) apresentado através do lance registrado e oferecido por nosso representante credenciado;
5. que o preço ofertado é de:

ITEM ÚNICO

SUBITEM 01 - Prestação de serviços terceirizados para leitura de medidores de energia, impressão simultânea de contas, entrega com atendimento ao consumidor, atualização cadastral, entrega de avisos e notificações de contas de energia em atraso, realização de fiscalização de contas que apresentam problemas de leituras, bem como a importação no sistema das leituras já realizadas, com motocicleta, considerando a necessidade de 08 (oito) postos de trabalho, no período de 08:00h às 17:00h, de segunda a sexta feira, e sábados no mesmo horário quando necessário; é de R\$95.500,00 (Noventa e cinco mil e quinhentos reais), por mês, totalizando a importância de R\$1.146.000,00 para 12 (doze) meses, considerando a PLANILHA DE PREÇOS abaixo descrita.

Razão social: konsol comercio e serviços ltda

CNPJ-MF: 22.98.209/0001-86

Endereço completo: R CASTRO ALVES NÚMERO 29 COMPLEMENTO SALA 310 CEP 83.406-630

BAIRRO/DISTRITO SAO GABRIEL MUNICÍPIO COLOMBO UF PR

TELEFONE (31) 98806-5025

Colombo, 23 de julho de 2024

  
Konsol Comercio e serviços ltda  
Kezia lidiane silva malaquias  
CNPJ. 22.968.209/0001-86


## ANEXO V

## PROPOSTA

À  
COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL

Ref.: LICITAÇÃO N.º 043/2024

Prezados Senhores:

Tem a presente a finalidade de apresentar a nossa proposta **para prestação de serviços terceirizados para a Divisão Comercial**, de acordo com as quantidades e características constantes do Anexo I, do **Edital de Licitação n.º 043/2024**, considerando:

1. que o prazo de validade da Proposta, contado a partir da data de sua apresentação, é de 60 (sessenta) dias;
2. que assumimos inteira responsabilidade pela execução dos serviços, nos sujeitando as condições estabelecidas no ato convocatório e seus anexos;
3. que todas as despesas com a preparação e a apresentação da presente Proposta, correrão unicamente por nossa conta;
4. que concordamos em firmar o contrato para execução dos serviços relacionados nesta proposta, pelo(s) preço(s) apresentado através do lance registrado e oferecido por nosso representante credenciado;
5. que o preço ofertado é de: **R\$ 826.400,16 (Oitocentos e Vinte e Seis Mil, Quatrocentos Reais e Dezesseis Centavos)**

## ITEM ÚNICO

**SUBITEM 01** - Prestação de serviços terceirizados para leitura de medidores de energia, impressão simultânea de contas, entrega com atendimento ao consumidor, atualização cadastral, entrega de avisos e notificações de contas de energia em atraso, realização de fiscalização de contas que apresentam problemas de leituras, bem como a importação no sistema das leituras já realizadas, com motocicleta, **considerando a necessidade de 08 (oito) postos de trabalho, no período de 08:00h às 17:00h, de segunda a sexta feira, e sábados no mesmo horário quando necessário; é de R\$ 68.866,68**, por mês, totalizando a importância de **R\$ 826.400,16** para 12 (doze) meses, considerando a PLANILHA DE PREÇOS abaixo descrita.

Item	Descrição	Quant. Meses	Quant. colaboradores	Valor Unitário R\$	Valor mensal R\$	Valor total R\$
1	Leiturista	12	5	R\$ 8.228,10	R\$ 41.140,50	R\$ 493.686,00
2	Leiturista com moto	12	3	R\$ 9.242,06	R\$ 27.726,18	R\$ 332.714,16
Total mensal						R\$ 68.866,68
Total global						R\$ 826.400,16

diferencialterceirizacao.com.br

DIFERENCIAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA - CNPJ nº 16.898.125/0001-10

☎ (41) 3636-1500 📞 (41) 99719-7236 E-mail: comercial@diferencialterceirizacao.com.br

Rua XV de Novembro, 24, Centro, Balsa Nova/Paraná CEP 83650-000



6. declaramos que confirmaremos com nova proposta, no prazo de até 03 (três) dias úteis, os itens que foram apresentados lances com novos preços, e julgado como vencedor do certame;
7. declaramos ainda que, nos preços estão incluídos os custos diretos e indiretos, bem como administração, lucro e imprevistos, inclusive todos os tributos (ICMS, SUBST., IPI E OUTROS) sujeitos em decorrência da presente Proposta;
8. que concordamos com as demais disposições do Edital, e reconhecemos à **COCEL**, o direito de aceitar ou rejeitar todas as propostas sem que nos assista qualquer direito indenizatório.

Balsa Nova, em 05 de Agosto de 2024.

CLAUDINEI DA  
SILVA: \_\_\_\_\_

Assinado de forma digital por  
CLAUDINEI DA SILVA:03 \_\_\_\_\_  
Dados: 2024.08.05 14:03:47 -03'00'

CLAUDINEI DA SILVA / SÓCIO - ADMINISTRADOR  
RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_  
DIFERENCIAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA  
CNPJ: 16.898.125/0001-10

DIFERENCIAL  
L SERVICOS  
TERCEIRIZA  
DOS  
LTDA:16898  
125000110

Assinado de  
forma digital por  
DIFERENCIAL  
SERVICOS  
TERCEIRIZADOS  
LTDA:168981250  
00110  
Dados:  
2024.08.05  
14:04:04 -03'00'

[diferencialterceirizacao.com.br](http://diferencialterceirizacao.com.br)

DIFERENCIAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA - CNPJ nº 16.898.125/0001-10

☎ (41) 3636-1500 📞 (41) 99719-7236 E-mail: [comercial@diferencialterceirizacao.com.br](mailto:comercial@diferencialterceirizacao.com.br)

Rua XV de Novembro, 24, Centro, Balsa Nova/Paraná CEP 83650-000

**PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**  
**COCEL - COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA**  
**Diferencial Serviços Terceirizados LTDA - CNPJ sob nº 16.898.125/0001-10**

Contratação de empresa responsável pela prestação de serviços de leitura de medidores de consumo de energia elétrica do grupo "B" (baixa tensão), em medidores de energia ativa (kWh), reativa (kVAr) ou outros tipos que exijam mais de uma leitura, como os de geração distribuída, mensais ou plurimensais, em unidades localizadas em áreas urbanas e rurais, conforme o roteiro/calendários de leitura definidos pela COCEL.

Tipo de Serviço	Leiturista
Data de apresentação da proposta:	06/082024
Município/UF:	Campo Largo/PR
Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo:	PR002469/2023
Data Base	01/06/2023 / 31/05/2024
Salário Normativo da Categoria:	R\$ 1.752,26

**CUSTOS**

**MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO**

		Leiturista
1 - Composição da Remuneração		Valor (R\$)
A - Salário Base		R\$ 1.752,26
B - Adicional gratificação de função		R\$ 0,00
C - Adicional insalubridade		R\$ 0,00
D - Adicional periculosidade	0%	R\$ 0,00
E - Adicional Noturno		R\$ 0,00
F - Adicional de Hora Extra		R\$ 0,00
G - Outros (especificar)		R\$ 0,00
<b>TOTAL DO MÓDULO 1</b>		<b>R\$ 1.752,26</b>

**MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS**

**2.1. Décimo terceiro salário e Adicional de Férias**

		Valor (R\$)
A - Décimo Terceiro Salário		R\$ 146,02
C - Adicional de Férias	8,33%	R\$ 53,74
<b>SUBTOTAL ADICIONAL DE FÉRIAS E DÉCIMO TERCEIRO</b>	<b>3,07%</b>	<b>R\$ 199,76</b>

**2.2. Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições**

		Valor (R\$)
A - INSS		R\$ 390,40
B - Salário Educação	20,00%	R\$ 48,80
C - SAT	2,50%	R\$ 58,56
D - SESC ou Sesi	3,00%	R\$ 29,28
E - SENAI-SENAC	1,50%	R\$ 19,52
F - SEBRAE	1,00%	R\$ 11,71
G - INCRA	0,60%	R\$ 3,90
H - FGTS	0,20%	R\$ 156,16
<b>SUBTOTAL DOS ENCARGOS</b>	<b>36,80%</b>	<b>R\$ 718,34</b>

**2.3 - Benefícios Mensais e Diários**

		Valor (R\$)
A - Transporte	R\$ 6,00	R\$ 158,86
B - Auxílio alimentação - Cesta Básica	R\$ 0,00	R\$ 0,00
C - Auxílio alimentação - Cesta Tíquete Refeição	R\$ 561,00	R\$ 538,56
D - Assistência familiar/Odontologica	R\$ 22,00	R\$ 22,00
E - Contribuição assistencial	R\$ 52,57	R\$ 52,57
E - Benefício social	R\$ 25,00	R\$ 25,00
<b>SUBTOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS</b>		<b>R\$ 796,99</b>

**QUADRO RESUMO - MÓDULO 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários**

		Valor (R\$)
2.1. Décimo terceiro salário, Férias Indenizadas - Planilha SEGES - Linha A90 e Adicional de Férias		R\$ 199,76
2.2. Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições		R\$ 718,34
2.3 - Benefícios Mensais e Diários		R\$ 796,99
<b>TOTAL DO MÓDULO 2</b>		<b>R\$ 1.715,09</b>

**MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO**

*(Handwritten signature and initials)*



3. Provisão para rescisão		Valor (R\$)
A – Aviso prévio indenizado	0,46%	R\$ 12,60
B – Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,04%	R\$ 1,01
C – Multa do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,176%	R\$ 4,84
D – Aviso Prévio Trabalhado (Ac. TCU 3006/2010 - 1686/2013)	0,194%	R\$ 5,33
E – Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,07%	R\$ 1,96
F – Multa do FGTS sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,32%	R\$ 8,80
TOTAL DO MÓDULO 3	1,26%	R\$ 34,54
MÓDULO 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		
4.1. Ausências Legais		Valor (R\$)
A – FÉRIAS e ADICIONAL DE FÉRIAS 1/3 CONSTITUCIONAL	9,08%	R\$ 177,15
B – Ausências Legais	0,28%	R\$ 5,42
C – Licença Paternidade	0,02%	R\$ 0,44
D – Ausência por Acidente de Trabalho	0,63%	R\$ 12,20
E – Afastamento Maternidade	0,08%	R\$ 1,63
SUBTOTAL	10,08%	
F - Incidência do Submódulo 2.2	3,71%	R\$ 7,30
Subtotal das Ausências Legais	13,79%	R\$ 204,14
4.2. Intra jornada		Valor (R\$)
A – Intervalo para repouso ou alimentação		R\$ 0,00
Subtotal da Intra jornada		R\$ 0,00
QUADRO RESUMO – MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		Valor (R\$)
4.1. Ausências Legais		R\$ 204,14
4.2. Intra jornada		R\$ 0,00
TOTAL DO MÓDULO 4		R\$ 204,14
MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS		
5 - Insumos Diversos		Valor (R\$)
A – Uniformes		R\$ 145,52
B – Materiais		R\$ 0,00
C - Equipamentos e Utensílios		R\$ 2.888,12
D - Outros (especificar)		
TOTAL DO MÓDULO 5		R\$ 3.033,64
MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		
6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		Valor (R\$)
A - Custos Indiretos	7,00%	R\$ 455,07
B – Lucro	7,00%	R\$ 503,63
C - Tributos	6,65%	R\$ 529,73
C.1 - Tributos Federais (PIS e COFINS)	3,65%	R\$ 291,64
C.2 - Tributos Estaduais (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
C.3 - Tributos Municipais (ISS)	3,00%	R\$ 238,09
C.4 - Outros Tributos (especificar)		
TOTAL DOS CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO		R\$ 1.488,43
QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A - Módulo 1 - Composição da Remuneração		R\$ 1.752,26
B - Módulo 2 – Encargos e Benefícios Mensais e Diários		R\$ 1.715,09
C - Módulo 3 – Provisão para rescisão		R\$ 34,54
D - Módulo 4 – Custo de reposição do profissional ausente		R\$ 204,14
E - Módulo 5 – Insumos Diversos		R\$ 3.033,64
F – Módulo 6 – Custos indiretos, Tributos e Lucro		R\$ 1.488,43
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$ 8.228,10

*E* *+*

*4*



**PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**  
**COCEL - COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA**  
**Diferencial Serviços Terceirizados LTDA - CNPJ sob nº 16.898.125/0001-10**

Contratação de empresa responsável pela prestação de serviços de leitura de medidores de consumo de energia elétrica do grupo "B" (baixa tensão), em medidores de energia ativa (kWh), reativa (kVAr) ou outros tipos que exijam mais de uma leitura, como os de geração distribuída, mensais ou plurimensais, em unidades localizadas em áreas urbanas e rurais, conforme o roteiro/calendários de leitura definidos pela COCEL.

Tipo de Serviço		Leiturista/Moto
Data de apresentação da proposta:		06/082024
Município/UF:		Campo Largo/PR
Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo:		PR002469/2023
Data Base		01/06/2023 / 31/05/2024
Salário Normativo da Categoria:		R\$ 1.752,26
<b>CUSTOS</b>		
<b>MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO</b>		
<b>1 - Composição da Remuneração</b>		<b>Leiturista/Moto</b>
A - Salário Base		Valor (R\$)
B - Adicional gratificação de função		R\$ 1.752,26
C - Adicional insalubridade		R\$ 0,00
D - Adicional periculosidade		R\$ 0,00
E - Adicional Noturno	30%	R\$ 423,60
F - Adicional de Hora Extra		R\$ 0,00
G - Outros (especificar)		R\$ 0,00
<b>TOTAL DO MÓDULO 1</b>		<b>R\$ 2.175,86</b>
<b>MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS</b>		
<b>2.1. Décimo terceiro salário e Adicional de Férias</b>		<b>Valor (R\$)</b>
A - Décimo Terceiro Salário	8,33%	R\$ 181,32
C - Adicional de Férias	3,07%	R\$ 66,73
<b>SUBTOTAL ADICIONAL DE FÉRIAS E DÉCIMO TERCEIRO</b>		<b>R\$ 248,05</b>
<b>2.2. Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições</b>		<b>Valor (R\$)</b>
A - INSS		
B - Salário Educação	20,00%	R\$ 484,78
C - SAT	2,50%	R\$ 60,60
D - SESC ou SESI	3,00%	R\$ 72,72
E - SENAI-SENAC	1,50%	R\$ 36,36
F - SEBRAE	1,00%	R\$ 24,24
G - INCRA	0,60%	R\$ 14,54
H - FGTS	0,20%	R\$ 4,85
<b>SUBTOTAL DOS ENCARGOS</b>	8,00%	<b>R\$ 193,91</b>
	36,80%	<b>R\$ 892,00</b>
<b>2.3 - Benefícios Mensais e Diários</b>		<b>Valor (R\$)</b>
A - Transporte	R\$ 6,00	R\$ 158,86
B - Auxílio alimentação - Cesta Básica	R\$ 0,00	R\$ 0,00
C - Auxílio alimentação - Cesta Tiquete Refeição	R\$ 561,00	R\$ 538,56
D - Assistência familiar/Odontologica	R\$ 22,00	R\$ 22,00
E - Contribuição assistencial	R\$ 65,28	R\$ 65,28
E - Benefício social	R\$ 25,00	R\$ 25,00
<b>SUBTOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSALIS E DIÁRIOS</b>		<b>R\$ 809,70</b>
<b>QUADRO RESUMO - MÓDULO 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários</b>		<b>Valor (R\$)</b>
2.1. Décimo terceiro salário, Férias Indenizadas - Planilha SEGES - Linha A90 e Adicional de Férias		R\$ 248,05
2.2. Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições		R\$ 892,00
2.3 - Benefícios Mensais e Diários		R\$ 809,70
<b>TOTAL DO MÓDULO 2</b>		<b>R\$ 1.949,75</b>
<b>MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO</b>		
3. Provisão para rescisão		<b>Valor (R\$)</b>
A - Aviso prévio indenizado	0,46%	R\$ 14,82
B - Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,04%	R\$ 1,19

*Handwritten signature/initials*



C - Multa do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,176%	R\$ 5,69
D - Aviso Prévio Trabalhado (Ac. TCU 3006/2010 - 1686/2013)	0,194%	R\$ 6,27
E - Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,07%	R\$ 2,31
F - Multa do FGTS sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,32%	R\$ 10,35
<b>TOTAL DO MÓDULO 3</b>	<b>1,26%</b>	<b>R\$ 40,63</b>
<b>MÓDULO 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE</b>		
4.1. Ausências Legais		Valor (R\$)
A - FÉRIAS e ADICIONAL DE FÉRIAS 1/3 CONSTITUCIONAL	9,08%	R\$ 219,97
B - Ausências Legais	0,28%	R\$ 6,73
C - Licença Paternidade	0,02%	R\$ 0,55
D - Ausência por Acidente de Trabalho	0,63%	R\$ 15,15
E - Afastamento Maternidade	0,08%	R\$ 2,02
SUBTOTAL	10,08%	
F - Incidência do Submódulo 2.2	3,71%	R\$ 9,07
<b>Subtotal das Ausências Legais</b>	<b>13,79%</b>	<b>R\$ 253,49</b>
4.2. Intraornada		Valor (R\$)
A - Intervalo para repouso ou alimentação		R\$ 0,00
<b>Subtotal da Intraornada</b>		<b>R\$ 0,00</b>
<b>QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE</b>		<b>Valor (R\$)</b>
4.1. Ausências Legais		R\$ 253,49
4.2. Intraornada		R\$ 0,00
<b>TOTAL DO MÓDULO 4</b>		<b>R\$ 253,49</b>
<b>MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS</b>		
5 - Insumos Diversos		Valor (R\$)
A - Uniformes		R\$ 264,07
B - Materiais		R\$ 0,00
C - Equipamentos e Utensílios		R\$ 2.888,12
D - Outros (especificar)		
<b>TOTAL DO MÓDULO 5</b>		<b>R\$ 3.152,19</b>
<b>MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO</b>		
6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		Valor (R\$)
A - Custos Indiretos	7,00%	R\$ 509,45
B - Lucro	7,00%	R\$ 565,69
C - Tributos	6,65%	R\$ 595,01
C.1 - Tributos Federais (PIS e COFINS)	3,65%	R\$ 327,57
C.2 - Tributos Estaduais (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
C.3 - Tributos Municipais (ISS)	3,00%	R\$ 267,43
C.4 - Outros Tributos (especificar)		
<b>TOTAL DOS CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO</b>		<b>R\$ 1.670,15</b>
<b>QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO</b>		
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A - Módulo 1 - Composição da Remuneração		R\$ 2.175,86
B - Módulo 2 - Encargos e Benefícios Mensais e Diários		R\$ 1.949,75
C - Módulo 3 - Provisão para rescisão		R\$ 40,63
D - Módulo 4 - Custo de reposição do profissional ausente		R\$ 253,49
E - Módulo 5 - Insumos Diversos		R\$ 3.152,19
F - Módulo 6 - Custos indiretos, Tributos e Lucro		R\$ 1.670,15
<b>VALOR TOTAL POR EMPREGADO</b>		<b>R\$ 9.242,06</b>

*Handwritten signature and initials:*  
 R  
 06  
 p

## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2023/2025

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: PR002469/2023  
DATA DE REGISTRO NO MTE: 22/09/2023  
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR051481/2023  
NÚMERO DO PROCESSO: 13068.200972/2023-64  
DATA DO PROTOCOLO: 20/09/2023

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

### TERMOS ADITIVO(S) VINCULADO(S)

Processo nº: 13068201237202378e Registro nº: PR002587/2023

SINEEPRES SIND EMPREGADOS EM EMP PREST SERV A TERC COLOC E ADM MAO DE OBRA TRAB TEMP DO EST DO PR, CNPJ n. 02.977.757/0001-65, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). PAULO CESAR ROSSI;

E

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ELETRICIDADE, GAS, AGUA, OBRAS E SERV. DO ESTADO DO PARANA, CNPJ n. 81.915.019/0001-60, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). FELIPE DAL MOLIN PUTON;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de junho de 2023 a 31 de maio de 2025 e a data-base da categoria em 01º de junho.

### CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Profissional dos Empregados em Empresas de Prestação de Serviços a terceiros nas áreas de Leitura, Medição e entrega de Avisos de Consumo de Energia Elétrica e Gás Encanado que prestam serviços em todos os Municípios do Estado do Paraná, Excetuando-se da Representação os Empregados nas Empresas de Prestação de Serviços de Asseio e Conservação, Higiene, de Limpeza Publica Urbana, Vigilância e Segurança Patrimonial e de Transporte de Valores e Escolta Armada, com abrangência territorial em PR.**

### Salários, Reajustes e Pagamento

#### Piso Salarial

### CLÁUSULA TERCEIRA - REAJUSTE SALARIAL

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/06/2023 a 31/05/2024

À Luz da Lei 13.467/2017, que trata do negociado sobre o legislado, os salários dos empregados abrangidos por esta Convenção Coletiva de Trabalho serão reajustados a partir de 1º de Junho de 2023 com um percentual de 5% (cinco por cento).





**Parágrafo primeiro:** Para os empregados admitidos após o mês de junho de 2022, o reajuste salarial será proporcional ao tempo de serviço, conforme tabela abaixo:

MÊS DE ADMISSÃO	COEFICIENTE DE CORREÇÃO
JUNHO/22	1,0500
JULHO/22	1,0460
AGOSTO/22	1,0426
SETEMBRO/22	1,0389
OUTUBRO/22	1,0300
NOVEMBRO/22	1,0283
DEZEMBRO/22	1,0196
JANEIRO/23	1,0170
FEVEREIRO/23	1,0140
MARÇO/23	1,0100
ABRIL/23	1,0070
MAIO/23	1,0050

**Parágrafo segundo:** Esta cláusula terá validade de 1(um) ano, sendo que as partes negociarão as cláusulas econômicas na data-base de junho/2024.

#### CLÁUSULA QUARTA - SALÁRIO NORMATIVO

**VIGÊNCIA DA CLÁUSULA:** 01/06/2023 a 31/05/2024

Assegura-se para os cargos especificados, os valores de pisos salariais correspondentes a 220 (duzentos e vinte) horas mensais, entre 01.06.2023 a 31.05.2024.

a) Leituristas / Entregador de Avisos (após término de experiência)	R\$ 1.752,26
b) Leituristas / Entregador de Avisos (enquanto perdurar contrato de experiência de até 90 dias)	R\$ 1.673,97
c) Auxiliar de Serviços Gerais (interno)	R\$ 1.389,53
d) Office-boy	R\$ 1.369,73
e) Supervisor	R\$ 1.991,03
f) Demais Cargos	R\$ 1.890,00

**Parágrafo único:** Esta cláusula terá validade de 1(um) ano, sendo que as partes negociarão as cláusulas econômicas na data-base de junho/2024.

#### Descontos Salariais

#### CLÁUSULA QUINTA - DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO



Por força do dispositivo normativo ora ajustado e em conformidade com o disposto no inciso XXVI do artigo 7º da Constituição Federal de 1988, as empresas ficam autorizadas a efetuar os descontos, em folha de pagamento de salários, dos valores relativos a seguro de vida em grupo, associação de empregados, alimentação, planos médico-odontológicos e tratamentos odontológicos (excetuando-se o benefício social odontológico e o benefício social familiar estatuído nesta convenção, e que não admite a coparticipação do empregado); convênios com farmácias, supermercados e congêneres, telefonemas particulares e outros, desde que seja assegurada a livre adesão do empregado a estes benefícios e que os descontos sejam por eles autorizados expressamente.

**Parágrafo primeiro:** à Luz da Lei 13.467/2017, os empregadores deverão descontar na folha de pagamento dos seus empregados as contribuições devidas ao sindicato devidamente aprovadas em assembleia da categoria, quando por este notificado.

**Parágrafo segundo:** proíbe-se o desconto no salário do empregado dos valores de cheques de clientes ou de terceiros não compensados ou sem fundos, recebidos em pagamento, exceto quando houver descumprimento de resoluções da empresa.

#### **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

##### **Adicional de Hora-Extra**

#### **CLÁUSULA SEXTA - ADICIONAL DE HORAS EXTRAS**

Em conformidade com a nova redação dada ao artigo 59 da CLT pela Lei nº 9.601, de 21 de janeiro de 1998, esta convenção coletiva de trabalho estabelece que a duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de duas horas.

**Parágrafo primeiro:** fica dispensado de acréscimo de salário se o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda no período máximo de 120 (cento e vinte) dias, a soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.

**Parágrafo segundo:** caso o excesso de horas não for compensado na forma do parágrafo anterior, deverão ser pagas na primeira folha de pagamento subsequente ao período do estabelecido, com o adicional previsto na cláusula desta convenção.

**Parágrafo terceiro:** na hipótese de rescisão de contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária na forma do parágrafo anterior, fará o trabalhador jus ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão.

**Parágrafo quarto:** as disposições acima mencionadas sobre o banco de horas terão eficácia após o prévio requerimento feito pela empresa interessada ao sindicato de trabalhadores e autorizada pela presente convenção.





## Adicional de Tempo de Serviço

### CLÁUSULA SÉTIMA - QUINQUÊNIO

Fica assegurado a todo empregado o percentual de 2% (dois por cento) a título de quinquênio, para cada 5 (cinco) anos trabalhados, a partir da data da sua admissão.

**Parágrafo único:** as empresas que já mantém alguma forma de remuneração a premiar seus funcionários mais antigos e que seja mais benéfica que o estabelecido no caput desta cláusula ficam isentas da aplicação desta.

## Adicional Noturno

### CLÁUSULA OITAVA - ADICIONAL NOTURNO

Os adicionais de horas noturnas serão pagos nos termos da legislação em vigor.

## Outros Adicionais

### CLÁUSULA NONA - INCENTIVO À PRODUTIVIDADE

Aos leituristas /entregadores de avisos que fizerem acima de 7.000 (sete mil) leituras no mês, farão jus ao recebimento de R\$ 0,37 (Trinta e sete centavos), por leitura.

**Parágrafo primeiro:** para fazer jus a este benefício, o trabalhador não poderá ter faltas não justificadas ao trabalho durante o mês.

**Parágrafo segundo:** Fica facultado ao empregador o desconto dos erros eventualmente cometidos nas leituras.

**Parágrafo terceiro:** fica esclarecido que este benefício será de caráter social, não se caracterizando "*in natura*".

## Auxílio Alimentação

### CLÁUSULA DÉCIMA - TÍQUETE REFEIÇÃO

As empresas fornecerão aos empregados o tíquete-refeição mediante as condições explicitadas na presente cláusula:

A-) Ficam excluídos do presente benefício:

**A-1** – Aqueles empregados que usufruam ou venham a usufruir de alimentação fornecida pela empregadora ou pela contratante, em cozinha e refeitórios próprios, vedada a entrega de marmitas quando existente, na proximidade do local efetivo de trabalho, restaurantes e similares;

**A-2** – Aqueles empregados que trabalhem em jornada inferior a 8 horas diárias e/ou 44 horas semanais;

B-) É facultado ao empregador o desconto salarial de até 4% (quatro por cento) do valor do tíquete refeição fornecido;

C-) Fica facultada às empresas a filiação ao PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador;

D-) O benefício disposto na presente cláusula não tem natureza salarial, não se integrando a remuneração do empregado para qualquer fim decorrente da relação de emprego;

E-) Aos empregados beneficiários será fornecido o tíquete-refeição ou vale-alimentação mensal no valor total de R\$ 561,00 (Quinhentos e sessenta e um reais), sendo autorizado o desconto proporcional para cada dia de falta injustificada ao emprego;

F-) Os tíquetes deverão ser entregues, mediante recibo, quando do pagamento do salário mensal;

G-) As empresas que já fornecem tíquetes-refeição ou vale-alimentação aos seus empregados com valores acima do estipulado deverão mantê-las com o benefício atual oferecido pelas mesmas.

**Parágrafo único:** fica estipulada multa equivalente a 50% (cinquenta por cento) do maior piso desta convenção, por empregado, a ser paga pela empresa que deixar de cumprir a presente cláusula em favor do trabalhador prejudicado.

#### Outros Auxílios

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CONVÊNIO FARMÁCIA

É facultado as empresas estabelecerem convênios com distribuidora de medicamentos, farmácias, drogarias para aquisição de medicamentos pelos seus empregados, com posterior desconto em folha de pagamento das despesas decorrentes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - BENEFÍCIO SOCIAL FAMILIAR



As entidades sindicais convenientes estabelecem o benefício social familiar a todos os empregados subordinados à esta Convenção Coletiva de Trabalho, nas hipóteses de: nascimento de filho, acidente, enfermidade, aposentadoria, incapacitação permanente ou falecimento.

**Parágrafo primeiro:** o benefício social familiar será prestado pela UPS SERVIÇOS – SOCIEDADE BRASILEIRA DE GESTÃO EM ASSISTÊNCIA LTDA – CNPJ n.º 05.015.561/0001-88, conforme tabela de regras e benefícios definida pelos sindicatos convenientes e discriminada no Manual de Orientação e Regras que faz parte integrante desta norma.

**Parágrafo segundo:** O benefício convencional será custeado pelas empresas em favor da organização gestora, sem a coparticipação do empregado, as quais pagarão até o dia 10 (dez) de cada mês e a partir de 10/10/2023, o valor total de R\$ 25,00 (Vinte e cinco reais), por trabalhador que possuam, exclusivamente, por meio de boleto disponibilizado pela gestora no site [www.beneficiosocial.com.br](http://www.beneficiosocial.com.br).

**Parágrafo terceiro:** Em caso de afastamento do empregado, por motivo de doença ou acidente, o empregador manterá o pagamento dos benefícios por até 12 (doze) meses. Caso o afastamento do empregado seja por período superior a 12 (doze) meses, o empregador fica desobrigado ao pagamento do benefício a partir do décimo terceiro mês, ficando garantidos ao empregado todos os auxílios previstos nesta cláusula, até seu efetivo retorno ao trabalho, quando então o empregador retomará ao pagamento do benefício relativo ao trabalhador afastado.

**Parágrafo quarto:** O nascimento, óbito ou evento que possa provocar a incapacitação permanente para o trabalho, por perda ou redução de sua aptidão física, deverá ser comunicado formalmente à gestora, no prazo máximo e improrrogável de 90 (noventa) dias da ocorrência, pelo site [www.beneficiosocial.com.br](http://www.beneficiosocial.com.br).

**Parágrafo quinto:** O empregador que por ocasião do nascimento, de fato causador da incapacitação permanente ou falecimento, estiver inadimplente por falta de pagamento, efetuar recolhimento por valor inferior ao devido, ou comunicar o evento após o prazo de 90 (noventa) dias, reembolsará a gestora o valor total dos benefícios a serem prestados e responderá perante o empregado ou a seus dependentes, a título de multa, o dobro do valor do fundo. Caso o empregador regularize sua situação no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, após o recebimento da comunicação formal feita pela gestora, ficará isento de quaisquer responsabilidades descritas no item "6.)" do Manual de Orientação e Regras.

**Parágrafo sexto:** O presente serviço social não tem natureza salarial, por não se constituir em contraprestação de serviços, tendo caráter compulsório e ser eminentemente assistencial.

**Parágrafo sétimo:** Eventuais esclarecimentos acerca do atendimento poderão ser comunicados aos sindicatos convenientes os quais terão o prazo de até 10 dias para prestá-los.

**Parágrafo oitavo:** O descumprimento da cláusula em decorrência de negligência, imperícia ou imprudência de prestador de serviços (administradores e/ou contabilistas), implicará na responsabilidade civil daquele que der causa ao descumprimento, conforme artigos 186, 927, 932, III e 933, do Código Civil Brasileiro.

RESUMO DOS BENEFÍCIOS DISPONÍVEIS PARA TRABALHADORES E EMPREGADORES		
BENEFÍCIOS PARA OS TRABALHADORES		
BENEFICIOS	FORMA DE PRESTAÇÃO	DESCRIPTIVO



BENEFÍCIO NATALIDADE	1X	R\$ 1.000,00	EM CASO DE NASCIMENTO DE FILHO DE TRABALHADOR (A) SERÁ DISPONIBILIZADO ATRAVÉS DE CARTÃO DE DÉBITO PRÉ PAGO, COM O INTUITO DE BANCARIZAR A FAMÍLIA DO BENEFICIÁRIO, REDUZINDO SUAS DESPESAS BANCÁRIAS E FACILITANDO A UTILIZAÇÃO DESTE BENEFÍCIO.
BENEFÍCIO MANUTENÇÃO DE RENDA FAMILIAR	12X	R\$ 650,00	SERÁ DISPONIBILIZADO AOS FAMILIARES NA OCORRÊNCIA DE FALECIMENTO OU INCAPACITAÇÃO PERMANENTE DO TRABALHADOR, ATRAVÉS DE CARTÃO DE DÉBITO PRÉ PAGO, O QUAL PODERÁ SER USADO POSTERIORMENTE PELO TRABALHADOR, REDUZINDO SUAS DESPESAS BANCÁRIAS. TAL BENEFÍCIO NÃO PODERÁ SER DISPONIBILIZADO DE FORMA INTEGRAL, PARA QUE NÃO HAJA DESVIO DE FINALIDADE DO MESMO.
BENEFÍCIO ALIMENTAR	12X	R\$ 500,00	SERÁ DISPONIBILIZADO AOS FAMILIARES NA OCORRÊNCIA DE FALECIMENTO OU INCAPACITAÇÃO PERMANENTE DO TRABALHADOR ALIMENTOS DE QUALIDADE E VARIEDADE, ENCAMINHADO À RESIDÊNCIA DA FAMÍLIA, FICANDO VEDADO O PAGAMENTO EM DINHEIRO OU VALES/ TICKET ALIMENTAÇÃO, PARA QUE NÃO HAJA DESVIO DE FINALIDADE DESTE BENEFÍCIO.
BENEFÍCIO SERVIÇO FUNERAL	1X	R\$ 3.500,00	SERÁ ACIONADA UMA EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PROVIDENCIAS DE SEPULTAMENTO, CASO A FAMÍLIA OPTE POR SERVIÇO DE MENOR CUSTO OU NÃO UTILIZE NOSSO PRESTADOR DE SERVIÇOS, O VALOR TOTAL OU O SALDO SERÁ ENCAMINHADO AO ARRIMO DA FAMÍLIA.
BENEFÍCIO CONTA CORRENTE VIRTUAL	SIM		TEM COMO OBJETIVO PROPICIAR AOS TRABALHADORES ACESSO AO SISTEMA BANCÁRIO ELETRÔNICO, ATRAVÉS DO FORNECIMENTO DE CARTÃO DE DÉBITO PRÉ-PAGO E APLICATIVO PARA GERENCIAMENTO DE SEUS GASTOS.
BENEFÍCIO RECOLOCAÇÃO	SIM		SERÁ DISPONIBILIZADO APLICATIVO SEM CONSUMO DA FRANQUIA DE DADOS, ONDE O TRABALHADOR TERÁ ACESSO A UMA GRANDE REDE DE VAGAS DISPONÍVEIS.
BENEFÍCIO PRÉ-INVENTÁRIO	1X	R\$ 2.200,00	SERÁ ENCAMINHADO AO ARRIMO DA FAMÍLIA, COM O INTUITO DE MINIMIZAR AS DESPESAS COM AS DOCUMENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS DE INVENTÁRIO.
BENEFÍCIO PSICOSSOCIAL E NUTRICIONAL	SIM		SERÁ DISPONIBILIZADO APOIO PSICOLÓGICO, SOCIAL E NUTRICIONAL, A TODOS OS TRABALHADORES DO SEGMENTO, VIA 0800, POR PROFISSIONAIS LEGALMENTE CAPACITADOS.
BENEFÍCIO CERTIFICAÇÃO DIGITAL (TRABALHADOR)	SIM		SERÁ DISPONIBILIZADO, EMPRESA LEGALMENTE HOMOLOGADA PARA CERTIFICAÇÃO DIGITAL, COM VALORES ABAIXO DO MERCADO, COM ATENDIMENTO EM REDE CREDENCIADA, VIRTUAL OU EM DOMICÍLIO



CONSULTA MÉDICA ONLINE	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO AOS TRABALHADORES, FAMILIARES E DEPENDENTES LEGAIS CONSULTA MÉDICA ONLINE COM UM CLÍNICO GERAL SEM CUSTO, PROPORCIONANDO UM ATENDIMENTO ÁGIL, MODERNO E DESBUROCRATIZADO, ATRAVÉS DE UM APLICATIVO QUE SEGUE TODAS AS NORMAS REGULAMENTADAS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE. FICARÃO DISPONÍVEIS ATÉ 5 CONSULTAS PELO PERÍODO DE 12 MESES A CONTAR DO PRIMEIRO ATENDIMENTO. FICA TAMBÉM DISPONÍVEL UMA REDE DE LABORATÓRIOS CONVENIADOS PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES COM CUSTO ABAIXO DA MÉDIA DE MERCADO.
BENEFÍCIO RENDA COMPLEMENTAR	SIM	TEM COMO OBJETIVO O AUMENTO DA RENDA FAMILIAR DO TRABALHADOR, ATRAVÉS DE PARCEIROS COMERCIAIS, OS QUAIS DISPONIBILIZARÃO PRODUTOS E SERVIÇOS PARA AQUISIÇÃO COM POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO E/OU CUSTO SUBSIDIADOS, PARA REVENDA COM GRANDE POTENCIAL LUCRATIVO, E RENDA OFICIAL E COMPLEMENTAR A FAMÍLIA.

#### BENEFÍCIOS PARA OS CÔNJUGES

BENEFÍCIOS	FORMA DE PRESTAÇÃO		DESCRIPTIVO
BENEFÍCIO SERVIÇO FUNERAL - CÔNJUGE	1X	R\$ 3.500,00	SERÁ ACIONADA UMA EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PROVIDENCIAS DE SEPULTAMENTO, CASO A FAMÍLIA OPTE POR SERVIÇO DE MENOR CUSTO OU NÃO UTILIZE NOSSO PRESTADOR DE SERVIÇOS, O VALOR TOTAL OU O SALDO SERÁ ENCAMINHADO AO ARRIMO DA FAMÍLIA.
BENEFÍCIO FINANCEIRO IMEDIATO CÔNJUGE	1X	R\$ 2.200,00	SERÁ DISPONIBILIZADO UMA VERBA DIRETAMENTE AO ARRIMO DA FAMÍLIA NO MOMENTO DA REALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS FUNERAIS E SEPULTAMENTO, PARA ATENDER DESPESA EMERGENCIAL.

#### BENEFÍCIOS PARA AS EMPRESAS

BENEFÍCIOS	FORMA DE PRESTAÇÃO		DESCRIPTIVO
BENEFÍCIO CONECTA EMPRESA	SIM		SERÁ DISPONIBILIZADO APLICATIVO SEM CONSUMO DA FRANQUIA DE DADOS, PARA QUE AS EMPRESAS POSSAM CONTATAR OS TRABALHADORES DE FORMA RÁPIDA E SEGURA.
BENEFÍCIO MURAL DE EMPREGOS	SIM		SERÁ DISPONIBILIZADO AS EMPRESAS SISTEMA ON-LINE, PARA INSERÇÃO DAS VAGAS DISPONÍVEIS, TAIS



		VAGAS SERÃO DIVULGADAS AOS TRABALHADORES PELO BENEFÍCIO RECOLOCAÇÃO.
BENEFÍCIO REGISTRO DE PONTO REMOTO	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO APLICATIVO SEM CONSUMO DA BANDA DE DADOS, ONDE OS TRABALHADORES PODERÃO REGISTRAR SEU PONTO DE FORMA ÁGIL E SEGURA.
BENEFÍCIO FOLHA DE PAGAMENTO VIRTUAL	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO UM SISTEMA ON-LINE DE CADASTRAMENTO E PAGAMENTO, JUNTAMENTE COM O BENEFÍCIO CONTA CORRENTE VIRTUAL. VISANDO AGILIZAR O ENVIO DAS REMUNERAÇÕES AOS COLABORADORES DAS EMPRESAS
BENEFÍCIO TRIAGEM DE ATESTADO	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO SISTEMA ON-LINE PARA AS EMPRESAS ENCAMINHAREM OS ATESTADOS MÉDICOS RECEBIDOS DOS TRABALHADORES, TAIS ATESTADOS PASSARÃO POR TRIAGEM RESULTANDO EM UM LAUDO ENCAMINHADO AS EMPRESAS.
BENEFÍCIO CERTIFICAÇÃO DIGITAL PAGO PELAS ENTIDADES	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO AOS EMPREGADORES CERTIFICADOS DIGITAIS SEM CUSTOS, PROPORCIONANDO ECONOMIA E COMODIDADE DEVIDO A POSSIBILIDADE DE ATENDIMENTO EM DOMICÍLIO.

**Parágrafo nono:** Para lisura e transparência na prestação dos benefícios, segue abaixo um resumo e breve descritivo da forma em que serão disponibilizados. Tal procedimento é necessário para que não haja desvio de finalidade do benefício a ser disponibilizado e deverá ser rigorosamente observado, devido ser de caráter social, emergencial e de natureza alimentícia. A íntegra do Manual de Orientação e Regras que regem a prestação dos benefícios estará registrado em cartório e disponível no website da gestora.

**Parágrafo décimo:** Fica instituída uma multa equivalente a R\$ 25,00 (Vinte e cinco reais), por mês e por trabalhador, no caso de descumprimento da presente cláusula em favor da organização gestora do benefício.

**Parágrafo décimo primeiro:** Em todas as planilhas de custos e editais de licitação deverá constar a provisão financeira para cumprimento deste benefício convencional, a fim de que seja preservado o patrimônio jurídico dos trabalhadores em consonância com o artigo 444 da CLT, inclusive com a observância do tomador de serviços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - BENEFÍCIO ASSISTENCIAL ODONTOLÓGICO

As empresas sediadas ou que prestem serviços nos municípios de Curitiba e Região Metropolitana e do Litoral do Estado do Paraná (Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes e Pontal do Paraná), disponibilizarão aos seus empregados, o Benefício Assistencial Odontológico do SINEEPRES, cujos serviços de apoio social aos representados está em conformidade com a CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, e que trata do benefício assistencial odontológico, sendo que o sindicato prestará serviços diretamente nos consultórios da entidade e/ou por terceiros através da Dental Uni, sob as condições estabelecidas nos parágrafos seguintes:

*E f*

*15*



**Parágrafo primeiro:** as empresas pagarão exclusivamente ao SINEEPRES através de guias específicas, a título de benefício assistencial odontológico, a partir de outubro/2023, o valor mensal de R\$ 22,00 (vinte e dois reais), por empregado.

**Parágrafo segundo:** a concessão do benefício não está vinculada à participação do empregado no custeio, sendo vedada portanto, a coparticipação ou qualquer tipo de desconto do empregado.

**Parágrafo terceiro:** o departamento de RH da empresa e/ou setor responsável deverá encaminhar mensalmente ao sindicato laboral SINEEPRES através do e-mail: [recepcao@sineepres.org.br](mailto:recepcao@sineepres.org.br), até o dia 5 (cinco) do mês subsequente, a relação atualizada dos empregados, sendo que para a confecção da carteirinha do benefício aos novos empregados, na mesma relação será obrigatório constar: nome completo do funcionário(a) e sem abreviaturas, número do CPF, data de nascimento, sexo, número do telefone com DDD e o nome completo da mãe e sem abreviaturas.

**Parágrafo quarto:** os recolhimentos dos valores estabelecidos nesta cláusula deverão ser efetuados exclusivamente através de guia de recolhimento emitida pelo Sineepres, até o dia 15 (quinze) de cada mês (relativamente ao mês imediatamente anterior), vinculado à relação dos empregados, que deverá ser encaminhada ao sindicato laboral juntamente com a cópia da guia de recolhimento quitada, no máximo até o dia 20 (vinte), após o recolhimento, através do e-mail: [cadastro@sineepres.org.br](mailto:cadastro@sineepres.org.br)

**Parágrafo quinto:** a presente cláusula não tem natureza salarial, não se integrando na remuneração para qualquer fim.

**Parágrafo sexto:** por tratar-se de um benefício social, esta cláusula deverá ser cumprida por todas as empresas, inclusive constando em sua planilha de custos e/ou licitações.

**Parágrafo sétimo:** fica estipulada a multa de R\$ 25,00 (Vinte e cinco reais) por empregado e por mês, no caso de descumprimento do previsto na presente cláusula em favor da parte prejudicada.

**Parágrafo oitavo:** a cobrança dos valores e benefícios será executada pelo Sineepres e/ou por gestora aprovada pela entidade laboral.

**Parágrafo nono:** o valor do benefício expresso no parágrafo primeiro desta cláusula será automaticamente corrigido mediante a aplicação da variação do INPC acumulado dos últimos 12 meses imediatamente anteriores à data-base.

**Parágrafo décimo:** eventuais reclamações acerca do atendimento poderão ser comunicadas ao SINELTEPAR/PR, que notificará o SINEEPRES o qual terá o prazo de até 10 dias para justificar o ocorrido.

**Parágrafo décimo primeiro:** o SINEEPRES efetuará ampla divulgação aos seus representados sobre os serviços e os benefícios oferecidos.

**Parágrafo décimo segundo:** a concessão do benefício não será obrigatória enquanto o empregado estiver sob contrato de experiência.

**Parágrafo décimo terceiro:** o empregado e os eventuais dependentes (somente em caso de filiação do empregado ao sindicato) passam a ter direito ao benefício a partir do dia seguinte ao da entrega das mencionadas guias devidamente recolhidas e a relação de empregados a ser fornecida pela empresa, reiterando que o benefício pago pela empresa é específico ao empregado, e no caso de inclusão de



dependentes somente se aplica no caso de filiação ao sindicato, conforme valores definidos pela mensalidade associativa do sindicato laboral Sineepres.

**Parágrafo décimo quarto:** a presente cláusula não tem natureza salarial, não se integrando na remuneração para qualquer fim.

**Parágrafo décimo quinto:** fica instituída multa equivalente a 5% (cinco por cento) do maior piso salarial previsto nesta CCT, por mês e por trabalhador, no caso de descumprimento da presente cláusula, em favor do sindicato profissional.

**Parágrafo décimo sexto:** Em todas as planilhas de custos e editais de licitação deverá constar a provisão financeira para cumprimento deste benefício convencional, a fim de que seja preservado o patrimônio jurídico dos trabalhadores em consonância com o artigo 444 da CLT, inclusive com a observância do tomador de serviços.

#### **Contrato de Trabalho    Admissão, Demissão, Modalidades**

##### **Normas para Admissão/Contratação**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA**

O contrato de experiência só terá validade se expressamente celebrado, com data de início datilografada e com a assinatura do empregado sobre a referida data, devendo ser anotado na CTPS do empregado.

##### **Desligamento/Demissão**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - RESCISÃO CONTRATUAL POR JUSTA CAUSA**

No caso de denúncia do contrato por justa causa, o empregador indicará por escrito a falta cometida pelo empregado.

#### **Relações de Trabalho    Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades**

##### **Estabilidade Aposentadoria**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ESTABILIDADE PRÉ-APOSENTADORIA**

Aos empregados que comprovadamente estiverem a 12 (doze) meses da AQUISIÇÃO do direito de aposentadoria por tempo de serviço (em conformidade com o que dispõe os artigos 54 e 62 caput do decreto número 2.172 de 05.03.97) e que contém com no mínimo 3 (três) anos de serviços na atual





empresa fica-lhes assegurada a garantia de emprego durante o período que faltar para a aposentadoria, ressalvada a dispensa por justa causa. Adquirido esse direito cessa automaticamente essa garantia convencional.

**Parágrafo primeiro:** O empregado deverá informar ao empregador, por escrito, o total de tempo de serviço, para fazer jus a esta garantia.

**Parágrafo segundo:** é facultado ao empregado renunciar esta estabilidade convencional em seu próprio benefício, desde que essa renúncia seja feita por escrito e homologada pelo sindicato profissional que o represente.

#### **Jornada de Trabalho    Duração, Distribuição, Controle, Faltas**

##### **Duração e Horário**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - TRABALHO APÓS AS 20:00 HORAS**

Os empregados que tiverem a jornada diária prorrogada sem interrupção, desde que permaneçam a disposição do empregador, após às 20 horas, farão jus a uma refeição fornecida pelo empregador, com o número de calorias de acordo com o PAT ( Programa de Alimentação ao Trabalhador).

**Parágrafo único:** a parcela de que trata o caput desse artigo não integrará ao salário para quaisquer fins, exceto nos casos de habitualidade.

##### **Prorrogação/Redução de Jornada**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PRORROGAÇÃO DE JORNADA**

Fica vedada a prorrogação de horário de trabalho aos empregados estudantes que comprovem a sua situação escolar, desde que manifestem por escrito ao empregador seu desinteresse pela prorrogação.

##### **Intervalos para Descanso**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - INTERVALO PARA DESCANSO**

Havendo condições de segurança, os empregadores autorizarão a seus empregados a permanecerem no recinto de trabalho para gozar do intervalo para descanso previsto no art. 71 da CLT tal situação, se efetivada, não ensejará trabalho extraordinário ou remuneração correspondente.



## CLÁUSULA VIGÉSIMA - INTERVALO PARA LANCHE

Os intervalos de quinze minutos para lanches, nas empresas que adotam tal critério, serão computados como tempo de serviço na jornada do empregado.

### Controle da Jornada

## CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CONTROLE DA JORNADA DE TRABALHO

Os empregadores poderão adotar sistemas alternativos de controle da jornada de trabalho nos termos da portaria número 1.120, de 08 de novembro de 1995, do Ministério do Trabalho, que tem o seguinte teor:

“Considerando que se abre a possibilidade de empregadores e empregados, em comum acordo, adotarem um controle de jornada de trabalho mais simplificado e adequado a realidade do dia-a-dia no local de trabalho, resolve:”

**Art. 1º:** Os empregadores poderão adotar sistemas alternativos de controle da jornada de trabalho, desde que autorizados por convenção ou acordo coletivo de trabalho.

**Parágrafo primeiro:** o empregado será comunicado, antes de efetuado o pagamento da remuneração referente ao período em que está sendo aferida a frequência, de qualquer ocorrência que ocasione alteração de sua remuneração, em virtude da adoção de sistema alternativo.

**Parágrafo segundo:** o uso da faculdade prevista neste artigo implica a presunção de cumprimento integral pelo empregado da jornada de trabalho, contratual ou convencionada, vigente no estabelecimento.

### Faltas

## CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - FALTAS

Serão abonadas as faltas dos empregados vestibulandos até o limite de 05 (cinco) dias, no período que comprovarem exames, desde que ocorram na localidade em que trabalhem ou residam.

### Outras disposições sobre jornada

## CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - ABONO DE FALTA PARA LEVAR O FILHO AO MÉDICO





Assegura-se o direito á ausência remunerada de 1 (um) dia por semestre ao empregado, para levar ao médico filho menor ou dependente previdenciário de até 6 (seis) anos de idade, mediante comprovação no prazo de 48 (quarenta e oito) horas. (PN 095 - TST).

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

Em conformidade com a nova redação dada ao artigo 59 da CLT, pela Lei n.º 9.601 de 21 de janeiro de 1998, esta Convenção Coletiva de Trabalho estabelece que a duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de duas horas.

**Parágrafo primeiro:** fica dispensado do acréscimo de salário, se o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda no período máximo de cento e vinte dias, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.

**Parágrafo segundo:** caso o excesso de horas não forem compensados na forma do parágrafo anterior, deverão ser pagas na primeira folha de pagamento, subsequente ao período do estabelecido, com o adicional previsto na cláusula 06 (seis) da presente convenção.

**Parágrafo terceiro:** na hipótese de rescisão de contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, na forma do parágrafo anterior, fará o trabalhador jus ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão.

**Parágrafo quarto:** as disposições acima mencionadas sobre o banco de horas, desde já autorizada, terão eficácia após prévio requerimento feito pela empresa interessada, ao sindicato dos empregados, desde já autorizadas pela presente convenção.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - PRÉ-ASSINALAÇÃO DA INTRAJORNADA

A pré-assinalação do horário de intervalo no ponto poderá ser utilizada pelo empregador, com substituição á marcação do intervalo, ficando desde já autorizado pelo presente instrumento coletivo.

#### Férias e Licenças

#### Duração e Concessão de Férias

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DURAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS



No caso de pedido de demissão, ao empregado com menos de 12 (doze) meses e mais de 6 (seis) meses de serviço, serão pagas as férias proporcionais aos meses trabalhados, observadas as seguintes condições:

A) Tenha trabalhado pelo menos 180 (cento e oitenta) dias;

B) Ao pedir demissão tenha pré-avisado ao empregador, por escrito, com antecedência de 30 (trinta) dias, sendo que este período deverá ser efetivamente trabalhado.

#### **Licença não Remunerada**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - LICENÇA NÃO REMUNERADA**

As empresas com contingentes maior que vinte empregados por estabelecimento concederão licença não remunerada aos dirigentes sindicais eleitos e no exercício de seu mandato, para participarem de reuniões, conferências, congressos e simpósios. A licença será solicitada pela entidade sindical, com antecedência mínima de 10 (dez) dias e por prazo não superior a 5 (cinco) dias sucessivos ou 10(dez) dias alternados no ano.

#### **Saúde e Segurança do Trabalhador**

##### **Aceitação de Atestados Médicos**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - ATESTADOS MÉDICOS**

As faltas por motivo de doença devem ser justificadas com atestado médico que indique o período de afastamento necessário e, preferencialmente, com a indicação do CID (Classificação Internacional de Doenças), nos limites estabelecidos pela Resolução nº 1.658/2002 do Conselho Federal de Medicina. O atestado médico deverá ser entregue ao empregador, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data inicial (inclusive) de afastamento do empregado, ou, até o dia em que o mesmo retornar ao trabalho no caso de afastamento de até 5 (cinco) dias. Entregues fora desses prazos, os mesmos não serão considerados para o fim de justificativa válida de ausência ao trabalho.

**Parágrafo único:** Fica facultada à empresa a perícia de atestados apresentados pelos colaboradores através do Benefício Triagem de Atestado, previsto no pacote de benefícios às empresas e disponibilizado pelo Benefício Social Familiar (BSF).

#### **Acompanhamento de Acidentado e/ou Portador de Doença Profissional**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - TRANSPORTE DE ACIDENTADOS, DOENTES E PARTURIENTES.**





Obriga-se o empregador a transportar o empregado, com urgência, para local apropriado em caso de acidente, mal súbito ou parto, desde que ocorram no horário de trabalho ou em consequência deste. (PN113 - TST).

## Relações Sindicais

### Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL/NEGOCIAL

À Luz da Lei 13.467/17, que trata da nova legislação trabalhista e do negociado sobre o legislado, tendo como ainda como base a Nota Técnica da Conalis/MPT, fica instituída nos termos aprovados em Assembleia Geral Extraordinária da categoria, a Taxa Negocial no valor de R\$ 50,00 (Cinquenta reais), a ser paga em PARCELA ÚNICA pelos empregados ao sindicato laboral SINEEPRES, devendo os empregadores fazer o respectivo desconto dos salários no mês de outubro/23, e o repasse de forma única no dia 10 de novembro de 2023 (10/11/2023).

**Parágrafo primeiro:** o atraso no recolhimento incorrerá em multa de:

- a) até 15 (quinze) dias de atraso 1% (um por cento);
- b) acima de 30 (trinta) dias de atraso 2% (dois por cento);
- c) juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração, aplicado sobre o valor corrigido e demais penalidades previstas em Lei.

**Parágrafo segundo:** por ocasião do desconto e o recolhimento da Taxa Negocial, as empresas remeterão por meio eletrônico a relação dos empregados pagantes ao Sineepres, através do e-mail: [cadastro@sineepres.org.br](mailto:cadastro@sineepres.org.br)

**Parágrafo terceiro:** fica assegurado o direito de oposição pelos empregados, a ser formalizado de forma individual ao sindicato, no prazo de até 10 dias contados da homologação junto ao sistema mediador da SRTE/PR.

**Parágrafo quarto:** fica facultado ao sindicato laboral, a cessão ou não dos convênios e benefícios negociados e/ou disponibilizados pelo SINEEPRES aos empregados (as) que apresentarem cartas de oposição.

**Parágrafo quinto:** fica esclarecido, para os efeitos de direito, que a presente Convenção Coletiva de Trabalho não trata da Contribuição Confederativa (CF, artigo 8º, IV), razão pela qual as partes reconhecem a inaplicabilidade da Súmula nº 666, editada pelo Supremo Tribunal Federal, porquanto aqui se cuida apenas da Contribuição Assistencial/Negocial prevista em Lei ordinária, expressamente autorizada pelo artigo 513, alínea "e", da CLT.



## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL**

Conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 11/05/2023, fica instituída a CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL, a qual se sujeitarão todas as empresas integrantes da categoria econômica representada pelo sindicato patronal subscrito, que deverá ser recolhida nas seguintes condições: a) O valor a ser recolhido é de 3% (três por cento), do bruto da folha de pagamento do mês de agosto/2023 ou R\$ 800,00 (oitocentos reais) a taxa mínima, caso os 3% sejam inferiores a este valor; b) As importâncias deverão ser recolhidas até o dia 15/10/2023 em guia própria a ser fornecida pelo Sindicato Patronal Sineltepar, estando sujeitas ao recolhimento todas as empresas abrangidas pelo presente instrumento; c) O pagamento efetuado fora do prazo será acrescido de multa de 10% (dez por cento), nos primeiros 30 dias; 2% (dois por cento) nos meses subsequentes de atraso e 0,01 de juro de mora ao dia.

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO**

As entidades sindicais (patronal e obreira) estão obrigadas a fornecer as empresas, desde que solicitado com 72 (setenta e duas) horas de antecedência, a certidão negativa de débito junto às mesmas, desde que as requerentes comprovem a regularidade dos seus recolhimentos sindicais até a data do pedido.

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD**

Em face da Lei nº 13.709/18 e atos normativos dela decorrentes, as entidades convenientes fixam, conforme disposições contidas nos artigos 7º, inciso I, artigo 11, inciso I, c/c artigo 9º, § 3º da referida Lei, que os dados pessoais dos empregados, tais como nome, CPF, endereço residencial e todos os dados necessários para atender às normas e regras de segurança exigidas pelos tomadores de serviço, operadora/administradora de benefícios, sindicato laboral e outros estritamente ligados à atividade, poderão ser compartilhados sempre que necessário e ou quando vinculados diretamente à relação mantida por sua empregadora e seus clientes e fornecedores, tendo em conta a atividade por ela exercida e as necessidades de segurança da informação. Do mesmo modo, tocará aos seus empregados estrita observação de tal conduta, no exercício dos seus cometimentos funcionais, quando do acesso a dados de terceiros, direta ou indiretamente ligados à empregadora e/ou a sua atividade junto aos clientes tomadores de seus serviços, sob pena de responsabilidade pessoal.

**Parágrafo Único:** Para sua segurança jurídica, a empresa poderá incluir esse item no contrato de trabalho firmado com o empregado.

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DOCUMENTOS PARA HOMOLOGAÇÃO**





Com base no que dispõe a Instrução Normativa MTPS/SNT n.º 02 de 12/03/1992 (D.O.U de 16/03/92), e demais normas aplicáveis ao caso, as empresas ficam obrigadas a apresentar os seguintes documentos:

- 1) Termo de rescisão de contrato de trabalho (05 vias);
- 2) Carteira de Trabalho e Previdência social devidamente atualizada;
- 3) Registro de Empregado em livro, ficha ou cópia dos dados obrigatórios, quando informatizado (Portaria MTPS n.º 3626/91);
- 4) Comprovante do Aviso Prévio ou do pedido de demissão;
- 5) 02 (duas) últimas guias de recolhimento (GFIP) do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço quitadas, e respectiva relação de empregados anexa, ou extrato atualizado da conta vinculada;
- 6) Nos casos de dispensa sem justa causa (código 01), a apresentação da Guia de Recolhimento Rescisório (GRFP) quitada e as guias de habilitação ao seguro desemprego (Comunicado de Dispensa – CD e requerimento anexo);
- 7) Discriminativo das médias das parcelas variáveis da remuneração, quando existentes, no verso do termo de rescisão;
- 8) Exame Médico Demissional, nos termos da NR n.º 07 de Segurança e Saúde no trabalho.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - PRAZO PARA HOMOLOGAÇÃO**

Impõe-se multa de R\$ 40,00 (quarenta reais), por dia de atraso, em favor do trabalhador prejudicado, quando a homologação das suas verbas rescisórias não obedecerem as datas limites determinadas abaixo:

- 1) Demissão sem justa causa – 10 dias da data do desligamento;
- 2) Pedido de demissão – 20 dias da data do desligamento;
- 3) Havendo discussão em juízo sobre a extinção do contrato de trabalho ou sobre a natureza da mesma – se com ou sem justa causa – o prazo para pagamento das parcelas será contado da notificação ou citação para pagamento após o trânsito em julgado da sentença.

#### **Disposições Gerais**

#### **Regras para a Negociação**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - RENEGOCIAÇÃO**



As partes pactuam que as cláusulas de cunho econômico e social serão objeto de negociação coletiva na data-base de 1º de junho de 2024.

#### **Aplicação do Instrumento Coletivo**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - AFIXAÇÃO DO INSTRUMENTO NORMATIVO**

As partes que firmam o presente instrumento comprometem-se a divulgar os termos do mesmo aos seus representados empregados e empregadores.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - CATEGORIA ABRANGIDA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho se aplica a todos os empregados que laboram em empresas de prestação de serviços de leitura, medição e de entrega de avisos nas áreas de energia elétrica, água, esgotos, saneamento e gás encanado.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - FORO**

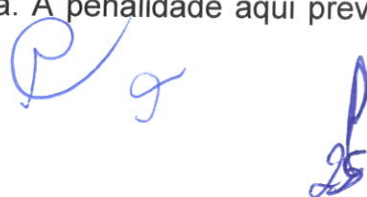
As partes elegem o foro da Justiça do Trabalho de Curitiba-PR para dirimir quaisquer dúvidas relativas à aplicação da presente convenção, tanto em relação às cláusulas normativas quanto em relação às obrigacionais.

O presente ajuste é considerado firme e valioso para abranger, por seus dispositivos todos os contratos individuais de trabalho firmados entre as empresas representadas pela entidade sindical patronal da categoria econômica conveniente e os trabalhadores pertencentes à categoria profissional da respectiva entidade sindical laboral.

#### **Descumprimento do Instrumento Coletivo**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - PENALIDADES**

Pelo descumprimento de quaisquer das cláusulas acordadas, ficam os infratores obrigados ao pagamento de multa igual a 10% (dez por cento) do menor piso salarial da categoria que reverterá em favor do prejudicado, seja o empregado, sejam as entidades sindicais convenientes. Tal penalidade caberá por infração, por mês e por empregado prejudicado com eventual infringência. A penalidade aqui prevista





poderá ser reclamada diretamente pela entidade sindical, mediante outorga de mandado com fim específico em favor deste. Se a infração for por dolo e o empregado tiver sido indenizado, a multa fica reduzida em 50% (cinquenta por cento).

}

PAULO CESAR ROSSI

Presidente

SINEEPRES SIND EMPREGADOS EM EMP PREST SERV A TERC COLOC E ADM MAO DE OBRA TRAB  
TEMP DO EST DO PR

FELIPE DAL MOLIN PUTON

Presidente

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ELETRICIDADE, GAS, AGUA, OBRAS E SERV. DO ESTADO DO  
PARANA

**ANEXOS**

**ANEXO I - ATA\_ASSEMBLEIA\_2022\_2023\_P1**

Anexo (PDF)

**ANEXO II - ATA\_ASSEMBLEIA\_2022\_2023\_P2**

Anexo (PDF)

**ANEXO III - ATA\_ASSEMBLEIA\_2022\_2023\_P3**

Anexo (PDF)

**ANEXO IV - ATA\_ASSEMBLEIA\_2022\_2023\_P4**

Anexo (PDF)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

P

f